

DESASTRES NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOCIO-ESPACIAL DA VULNERABILIDADE INSTITUCIONAL ATRAVÉS DA EVOLUÇÃO DA DECRETAÇÃO MUNICIPAL DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E DE ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Apoio: CNPq

Norma Valencio
Programa de Pós Graduação em Sociologia,
Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental,
Universidade de São Paulo
desastres@terra.com.br

Preâmbulo

Desastres no Brasil:

- lógica tecnocrática permeia a gestão pública de defesa civil: essa é uma das principais razões da evolução ascendente dos desastres (Valencio, 2009, 2010, 2012, 2014);
- atuação técnico-operacional (racionalidade burocrática e autoritária) x demandas protetivas da sociedade civil = desconexão entre as expectativas e as práticas de ambos = esgarçamento do tecido democrático e socioambiental (idem)
- desastres não geram efeitos, mas são efeitos de um processo sociopolítico deteriorado (Dombrowsky, 1998; Acosta, 2005).

O QUE SÃO DESASTRES NA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA?

Fenômenos sociais que geram rupturas num dado sistema social (QUARANTELLI, 1998; QUARANTELLI & PERRY, 2005);

Os danos e as medidas de reabilitação estão acima da capacidade imediata de resposta dos sujeitos diretamente envolvidos;

Ocorrem num dado contexto espaço-temporal (mas há sujeitos e eventos para além dele);

Aspectos político-institucionais

Inúmeros desastres indicam graves insuficiências na forma como o aparato institucional de defesa civil identifica, discursa e age sobre os riscos (LINDELL & PERRY, 2004);

Ocorrências persistentes de um mesmo tipo de desastre numa mesma localidade (“fomos surpreendidos!”) são indícios de uma vulnerabilidade institucional de defesa civil para lidar com a questão (ou atuar numa ética de *accountability*).

Objetivo

Identificar aspectos temporais e espaciais relevantes para sinalizar, em termos sociológicos, a vulnerabilidade institucional do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC).

Contextualização Preliminar

Evolução dos Desastres no Brasil

Decretos de SE/ECP no Brasil reconhecidos pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

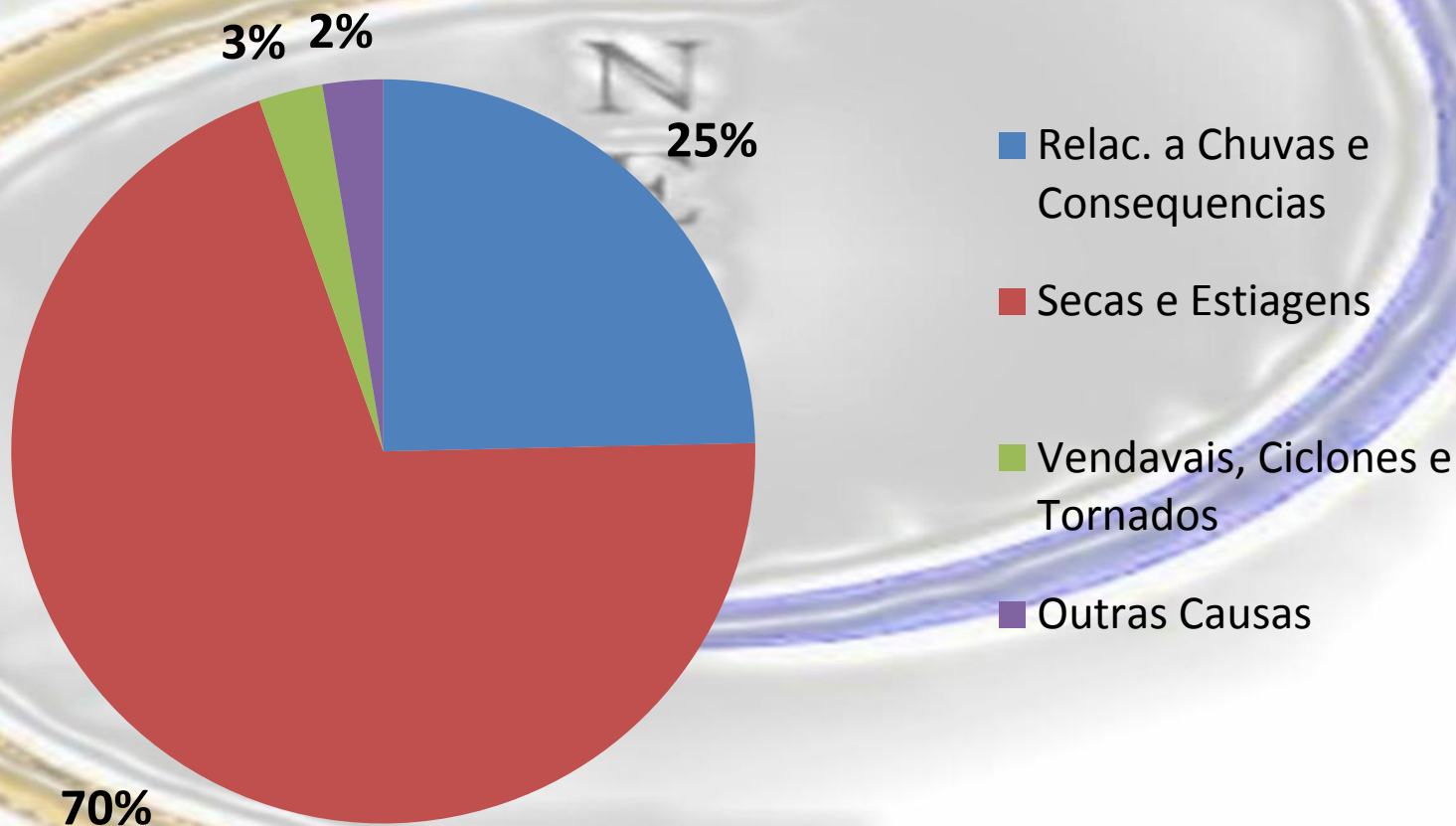


Sistematizado pelos autores a partir das informações de reconhecimento de SE/ECP da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, atualização de 24/10/2014

Contextualização Preliminar

Desastres Relacionados à Água

Distribuição de Decretos de SE/ECP no Brasil,
período 2003-2014, n = 22.872



Sistematizado pelos autores a partir das informações de reconhecimento de SE/ECP da
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, atualização de 24/10/2014



Procedimentos Metodológicos

Descrição da evolução do ato administrativo de decretação municipal de situação de emergência (SE) e de estado de calamidade pública (ECP)

- Período: janeiro 2003 – outubro 2014



Resultados e Discussão

- 1.a gestão Lula (2003-2006): 21,25% dos municípios brasileiros;
- 2.a gestão Lula (2007-2010): 22,75% dos municípios brasileiros;

Choque de gestão pós-catástrofe da Região Serrana: aumento do tecnocentrismo

- 1.a gestão Dilma (2011- agosto2014): 31,56% dos municípios brasileiros.

Anualmente:

- os perigos são os mesmos (secas/estiagens prolongadas ou chuvas intensas ou prolongadas e seus efeitos)
- 1/3 das decretações de emergência se repetem ou se estendem temporalmente no mesmo município (não conseguem equacionar o problema);
- Macrorregiões de maior ocorrência: Sul (IDH=0,830) (UFs: Rio Grande do Sul, Santa Catarina) e Nordeste (IDH=0,716) (UFs: Ceará, Paraíba e Bahia). Nessas UFs, reiteração da emergência é superior a 70%.

Conclusões

- qualificativo 'natural' tem esvaziado a identificação das responsabilidades públicas e os sistemas de poder que os engendra (Douglas e Wildawsky, 1982; Lavell, 1993)
- denominar como “perigo inusitado” (fatalidade) + incremento da indústria do desastre
 - monitorar eventos da natureza (ampliação recursos humanos e tecnológicos) e compreender os desastres (processos sociais (Quarantelli, 1998, 2005) são coisas diferentes;
- Lógica dominante no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC): armadilha auto-imposta devido à crescente incapacidade de cumprir a missão institucional
- O repertório empírico das comunidades afetadas é reiteradamente desqualificado: vida nua = recebem providências de reabilitação de baixa qualidade, são paulatinamente abandonadas à própria sorte (Valencio, 2012). *missing voices + missing agendas* (Hewitt, 1995; Alexander, 2005);
- *a cronicidade de decretação de emergências em um conjunto de municípios e UF's: banalização de Estado de Exceção (Agamben, 2004): modus operandi não democrático, riscos de aumento da corrupção e da indústria do desastre.*

Obrigada!

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS EM DESASTRES

NEPED

Universidade Federal de São Carlos

UFSCar

Ver publicações em

www.ufscar.br/neped

desastres@terra.com.br